

Procuradoria deverá abrir investigação de convênios assinados pelo SLU

Rodrigo Ledo
de Brasília

O SLU poderá ser investigado pelos recursos usados no pagamento das associações de trabalhadores de baixa renda, contratados para prestar serviços de limpeza pública no Distrito Federal.

A Procuradoria do Ministério Público no Tribunal de Contas do DF vai averiguar as vultosas cifras registradas no Sistema de Administração Financeira de Estados e Municípios (Siafem), que contradizem as informações da empresa pública sobre a destinação daqueles recursos. Diretores do SLU afirmam gastar cerca de R\$ 3 milhões mensais, enquanto o Siafem aponta gastos muito superiores nos últimos meses.

De acordo com dados do sistema obtidos por este jornal, foram registradas notas de empenho - datadas de fevereiro - que perfazem quase R\$ 7 milhões, destinados a várias associações. As explicações dos diretores da empresa são contraditórias. Segundo o diretor financeiro, Da-

vid Araújo, os recursos normalmente gastos ficam em torno de R\$ 2 milhões, mas ultrapassaram esse valor porque foram usados para pagar compromissos de 1999. "São restos a pagar do exercício anterior. O último trimestre é sempre complicado, e estamos saldando agora".

O diretor de Operações, Expediente Apolinário Silva, porém, assegura que "o SLU paga em dia as associações desde o início do ano passado". Responsável pelo acompanhamento direto dos convênios, ele estimou em R\$ 3 milhões os gastos mensais com as associações, R\$ 1 milhão acima do valor citado por David Araújo.

Depois de avaliar os números fornecidos pela reportagem, um dos procuradores do Ministério Público no TCDF, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, revelou intenção de averiguar os valores, podendo representar o tribunal para investigar o assunto. "É possível que haja mais de uma nota de empenho por mês, mas esses valores chamam muito a atenção", ressaltou Ulisses. (Cont. Pág. 8)